

ARTIGO

SINOPSE HISTORIOGRÁFICA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL

HISTORIOGRAPHIC SYNOPSIS OF PORTUGUESE COLONIZATION IN BRAZIL

*Erivaldo Fagundes Neves**

RESUMO

Após sucintas considerações teórico-metodológicas sobre a ideia de história e a concepção de historiografia, delinea-se o perfil historiográfico da colonização portuguesa no Brasil, da qual se apresenta sumária bibliografia básica.

PALAVRAS-CHAVE: *História. Historiografia. Brasil. Colonização Portuguesa,*

ABSTRACT

After a brief of theoretical and methodologic considerations on the idea of history and the conception of historiography, it has been outlined a historiographic profile of Portuguese colonization in Brazil, in which a basic bibliography is presented.

KEYWORDS: *History. Historiography. Brazil. Portuguese colonization.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A antiga ideia de história associava-se ao mundo natural. Galileu Galilei definiu, na Idade Média, o experimento como uma pergunta formulada à natureza; e o conceito moderno de história coincidiu com a dúvida que o estimulou (ARENDDT, 1968), correspondente à ideia de natureza. Superou-se a oposição entre ciências naturais e históricas, do século XIX, do mesmo modo que se abandonou a pretensa objetividade e precisão dos cientistas naturais. Através de experimentos científicos, passaram-se a verificar processos naturais, e a observação tornou-se pré-requisito de fatores subjetivos nos procedimentos objetivos da natureza. Por conseguinte, a história deixou de ser uma compreensão do passado e fez-se uma perspectiva de futuro; projetou-se como forma de pensar, cuja contemplação fornece regras para a ação social (LAFER, 1972).

* Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: erivaldo@uefs.br

Na Antiguidade e na Idade Média, o conceito de história fundamentava-se em relatos cronológicos bíblicos; no Renascimento, desvinculou-se da teologia e passou a expressar-se através da filosofia. A Revolução Francesa (1789-1799) transformou a linguagem política e atribuiu novos sentidos a velhas identidades de atributos de poder. Palavras como *pátria*, *nação*, *constituição*, *liberdade*, *soberania*, além de redimensionarem o vocabulário, redefiniram o ideário das relações entre governantes e governados. *Nação* sempre remetera a significados diversos, referentes a origens, aos indivíduos naturais de uma mesma época, mesmo lugar, ou que compartilhassem a mesma língua; a mesma oscilação incidiria entre *estirpe* e *linhagem*. No Antigo Regime *nação* designara um grupo humano assentado em um território; a *pátria* teve o sentido geográfico de lugar onde nasceu. No sentido político, *nação* também definira, na Espanha, *reino* ou *província*. O *reino* constituía um corpo político, as províncias submetidas ao rei, os seus vassallos, ou os deputados que o representavam. *Povo* designaria a população de um lugar, no sentido revolucionário de corpos políticos territoriais de “o rei é seu povo”, a célula primária da sociabilidade política, que assumiria a *soberania*, que ficou compreendida como poder sobre todos.

No mundo espanhol do século XVIII, um reino unificado constituía uma pluralidade de reinos, principados e províncias, cujas diversidade e heterogeneidades jurídicas se assemelhavam com a francesa. Antes da existência do termo *nação*, o de *pátria* ocupara o centro da linguagem pré-revolucionária. O imaginário da pátria como *sociedade*, acompanharia e conduziria à visão da *pátria* como *liberdade*, ou à exigência de liberdade civil, para que existisse a *pátria*. O *patriotismo* consistiria no firme desejo de servi-la, defendê-la e contribuir para seu progresso e prosperidade. Daí adviera a ideia espanhola de formação de um *só corpo nacional*, com a concepção monista, que fundiria o reino, a nação, a pátria, as línguas, e os costumes (GUERRA, 2003, p. 23-60; CHIARAMONTE, 2003).

O estudo da formação do Estado nacional moderno na Europa passa, necessariamente, pela compreensão do descentralizado regime feudal, inclusive na península Ibérica, onde o confronto multicentenário com o islamismo impôs a centralização de poderes e impediu a plenificação do feudalismo; no Brasil e em toda a América há que se atentar para os antecedentes coloniais, até mesmo nos Estados Unidos da América e no Canadá, que se constituíram sem a submissão exploradora colonial. Durante a formação do Estado Nacional, embora se temesse o potencial poder das multidões concedido pela cidadania, instituiu-se o direito público, com recursos para se conter a possibilidade de expansão do poder do Estado e evitar intervenções da iniciativa privada no poder central, com a descentralização administrativa, o sistema legislativo bicameral, o sufrágio universal, a independência do judiciário e legislação liberal para proteger a opinião pública. Distinguíram-se, então, os direitos civis, extensivos a todos os cidadãos, e os direitos políticos, concedidos apenas aos detentores de poder. Embora haja quem questione a existência de nações no passado, há os que as admitem como um fenômeno construído por agentes identificáveis, motivados por interesses privados ou particulares.

A construção do Estado, na Espanha, iniciou-se no século XV, durante o reinado dos reis católicos, Fernando e Isabel, que unificaram Castela e Aragão e fundaram o Estado moderno e a nação

espanhola, após a conquista de Granada, último reduto muçulmano na península, e o estabelecimento da Inquisição com a ortodoxia cristã. Em seguida, consolidou-se com vários reinos, uma identidade espanhola, que se entendeu para outros continentes, em competição com Portugal (HESPANHA, 2003; HERZOG, 2003).

Quando se instituiu, em Lisboa, a Real Academia de História (1720)¹ e se estabeleceram, na Bahia, a Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)² e a Academia Brasílica dos Renascidos (1759)³, desenvolveu-se a concepção de história moderna como um relato profano, que influenciou a cultura racionalista e dividiu o estudo das ações humanas no tempo e no espaço, nas sucessivas periodicidades, Antiga, Média e Moderna, às quais se acrescentou, depois, a Contemporânea (PIMENTA; ARAÚJO, 2014, p. 103-120). Desde então, as narrativas históricas diversificaram-se e se fizeram instrumentos de legitimação de poderes e de comportamentos sociais exemplares, sob a influência do iluminismo, que promoveu o súdito a cidadão, desencadeou a crítica da ordem social e diferenciou a história da crônica, que registrava fatos do passado humano com a narrativa na sequência temporal, em formulações pessoais, sobre o local e o momento da escrita, e as circunstâncias geográficas de relevos, floras, faunas, pluviosidades e hidrografias. Não se caracterizavam o território historicamente construído, a organização política, o desenvolvimento econômico, os movimentos sociais, nem as manifestações culturais. De cada elaboração fundamentada nos pressupostos narrativos surgia uma história específica, vislumbrada parcialmente em espacialidades e temporalidades fragmentadas, apresentadas como supostas totalidades (E. NEVES, 2016).

Entende-se a história como um conhecimento construído por ações humanas, situadas em tempos, lugares e circunstâncias específicas. Cada espaço tem o seu tempo de atividades, e toda época, o seu lugar de realizações, sempre com o ser humano como agente, único capaz de produzir uma história reflexiva e metódica; tudo mais se caracteriza objeto da atividade humana. Registram-se ações humanas pretéritas através de leis, correspondências, crônicas, textos literários e histórico. As leis expressam normas de governantes a serem acatadas por governados; as correspondências trocadas entre dirigentes e dirigidos, amigos e colegas informam ocorrências cotidianas; as crônicas caracterizam textos narrativos, cronológicos, informais, sobre fatos e circunstâncias de determinadas vivências sociais; as de teor literário têm caráter verossímil e podem apresentar acontecimentos e personagens imaginários, atribuídos a alguma sociedade e referenciado em determinado tempo e lugar; as de conteúdos históricos expõem e

¹ O rei João V estabeleceu a Real Academia de História como expressão iluminista, para escrever a história de Portugal e dos seus domínios.

² Instituiu-se na Bahia, a Academia Brasílica dos Esquecidos como reação nativistas ao veto de brasileiros às academias portuguesas. Seus sócios manifestavam interesses tanto pela literatura quanto pela história do Brasil. Seus fundadores, entre os quais padre Gonçalo Soares da França, desembargador Caetano de Brito e Figueiredo, desembargador Luís de Siqueira da Gama, juiz de fora Inácio Barbosa Machado, coronel Sebastião da Rocha Pita, capitão João Brito de Lima e o poeta José da Cunha Cardoso, receberam o apoio do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses.

³ Estabeleceu-se a Academia Brasílica dos Renascidos, também na Bahia, por iniciativa do conselheiro do ultramar, José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, com o apoio do Marquês de Pombal, como parte do projeto de expulsão da Companhia de Jesus. A instituição literária deveria administrar a biblioteca que se confiscaria dos jesuítas (MORAES; BELLINE; SILVA, 2016; LAMEGO, 1923; KANTOR, 2004).

analisam fatos verdadeiros, delineiam agentes reais e atos por eles praticados em tempo definido e espaço caracterizado. Compete ao historiador, embasado em amplas reflexões metódicas e críticas sobre a história, avaliar a historicidade, as atividades humanas pretéritas e contextualizá-las nas respectivas circunstâncias temporais, espaciais e nas dimensões político-econômicas e socioculturais. Avaliam-se as relações humanas em diferentes escalas sociais e geográficas, desde famílias e clãs, às dimensões regionais, nacionais e internacionais, na perspectiva de aldeia global, na qual interagem diferentes gêneros, etnias e culturas, que interferem nas respectivas interpretações (VARNHAGEN, 1981; LÖWTH, 1991; JANOTTI, 1993; HESPANHA, 1994; BRAUDEL, 1996; CERTEAU, 2000; OLIVAL, 2001; BOXER, 2002; TRINTA, 2003; RICUPERO, 2005; FAUSTO, 2005; FERES JÚNIOR, 2009; DELACROIX, 2012; GONÇALVES, 2023).

Até a década de 1970, quando se desenvolveram teorias que atribuíram relativa autonomia às sociedades coloniais, subestimava-se o mercado interno e considerava a economia do Brasil colônia, subsidiária da portuguesa. Ignoravam-se as articulações mercantis inter-regionais terrestres e, principalmente, costeiras (LENHARO, 1979; FRAGOSO, 1992; CAMPOS, 2010). Desde então, escreve-se a história do Brasil a partir da chegada dos portugueses em 1500, com a suposição de que os antecedentes da esquadra de Cabral constituem pré-história; porém, os povos originários fizeram-se agentes históricos, ao se articularem em grupos étnicos e culturais, interferirem no meio ambiente, construírem espaços sociais e registrarem aspectos de viveres e saberes em utensílios, artesanatos, esculturas, pinturas.

I. ESTUDOS BÁSICOS DA COLONIZAÇÃO MERCANTIL-ESCRAVISTA

Vários pressupostos instrumentalizam suposições como a de que as antigas e medievais atividades pesqueiras desenvolveram as habilidades náuticas dos povos ibéricos e os impulsionaram à navegação, desde o século XV, quando os turcos passaram a controlar as vias de intercâmbios com o Oriente, que abasteciam a Europa de condimentos alimentares, utensílios e artigos de elevado preço unitário (RAMOS, 2005). Entretanto, deve-se destacar o pioneirismo de Portugal na formação do Estado Nacional Moderno, na expulsão dos muçulmanos, e após a reconquista do território peninsular avançar sobre a África, em uma guerra de conquista que impulsionou as atividades mercantis, expandiu ideologia cristã, em competição com os espanhóis. Lusitanos tomaram o entreposto comercial de Ceuta, norte da África em 1415; chegaram à ilha de Madeira em 1419; ocuparam as ilhas de Açores e de Cabo Verde a partir de 1420; ultrapassaram o cabo Bojador em 1434; foram além do cabo das Tormentas (depois da Boa Esperança), em 1488; Cristóvão Colombo, a serviço do rei de Espanha, navegou para o Ocidente e

chegou às Antilhas, em 1492; o português Vasco da Gama chegou às Índias em 1498; e dois anos depois, Pedro Álvares Cabral ancorou uma esquadra Lusa em Porto Seguro, suposta ilha de Vera Cruz.⁴

Ao ocuparem o território americano, os espanhóis depararam-se com ricas minas de ouro e prata, que passaram a explorar, inicialmente com a escravização de povos nativos. Os portugueses nada comercializável encontraram, além de madeiras. Na tentativa de superarem a frustração, durante a flexibilidade política oportunizada pela União Ibérica (1580-1640), ultrapassaram os limites territoriais definidos por Portugal e Espanha pelo Tratado de Tordesilhas (1494) e expandiram os seus domínios para Sul, Oeste e Norte. Na heterogênea formação socioeconômica brasileira, o povo judeu, perseguido na Europa, encontrou refúgio e condições de integração étnico social (NOVINSKY, 1972, 2015; SALVADOR, 1976). A imigração de judeus portugueses mercadores contribuiu decisivamente para a formação social do rio da Prata, Peru, México e Nova Granada, como revelariam os sobrenomes originais (CALMON, 2002, p. 14-16). Ouro, diamante e outros minérios somente seriam descobertos em abundância, no Brasil, em finais do século XVII; como alternativa econômica, estabeleceram a colonização com o cultivo da cana-de-açúcar e o trabalho escravo (BANDEIRA, 2012, p. 37).

Nos anos seguintes ao apossamento das terras ao sul da linha do equador, o rei João III (1502-1557), de Portugal, limitou-se a enviar esquadras para o reconhecimento litorâneo. Em consequência da presença de outros povos europeus que não reconheciam o tratado de limites, no litoral brasileiro, o governo português os atacou com expedições militares (1516 e 1526), que dispersaram ou aprisionaram mais de uma dezena de embarcações francesas e espanhóis (C. DIAS, 1922-1924; POMBO, 1936; MENDES JÚNIOR; MARANHÃO; RONCARI, 1976; FAUSTO, 1993; WEHLING; WEHLING, 1994; COUTO, 2000; KEATING; MARANHÃO, 2008). Falta de recursos humanos, técnicos e financeiros obstaculizaram a imediata ocupação econômica do território. Entretanto, a necessária defesa contra invasões impusera, em 1534, o precário início da colonização com evolutivas organizações que urdiram os sistemas colonial e mercantil, nos quais se formou o senhoriato colonizador (BOXER, 2002; SALDANHA, 2001).

A política expansionista portuguesa caracterizou-se, desde 1415, pelo estabelecimento de entrepostos mercantis na África e na Ásia; na América, os povos indígenas desconheciam moeda e comércio; permutavam pela troca simples, desinteressante para o mercantilismo europeu, de relações internacionais em larga escala. Como alternativa, Portugal instituiu a organização produtiva colonial, embora não aceitasse as formas de trabalho indígena, como já se afirmou (CALMON, 2002, p. 3). Optou pelo trabalho compulsório que já praticava, abastecido pelo tráfico de escravos adquiridos no comércio com a África, paralelamente ao feudalismo parcial, de governo centralizado, em decorrência da guerra contra os muçulmanos. A Espanha aderiu o sistema escravista e, do mesmo modo, abandonou a

⁴ Na ampla historiografia sobre as navegações europeias de finais da Idade Média, destacam-se: Godinho (1961-1968); A. Brandão (1977); J. Dias (1982); Holanda; Campos (1985); Todorov (1999); Couto (1999a e 199b); Lopez; Mota (2008, p. 31-77); Castro (2013); Schwarcz; Starling (2015); Caldeira (2017, p. 21-181).

escravização de indígenas, por promover acumulação colonial; a de africanos, integrada ao comércio internacional, transferia os rendimentos para as respectivas metrópoles (NOVAIS, 2019; LAPA, 1982; BOSI, 1992).

Desde a Baixa Idade Média (séculos XI-XV), estudam-se “fronteiras”, pela perspectiva geopolítica, como limites espaciais, nos quais se incluem a evolução da posse e da ocupação de determinado território; na dimensão cultural delimitam-se tradições, etnias, línguas, religiões, além de demarcarem atividades econômicas e domínios políticos. As fronteiras coloniais do Brasil seriam conquistas portuguesas para assegurar a posse do território, antes da demarcação diplomática, através de acordos e tratados (ABREU, 1976a, p. 173-188; NOVAIS; SOUZA, 1997).

O primeiro texto impresso sobre o descobrimento do Brasil, um panfleto anônimo, em italiano, "*Cópia di una lettera del Re di Portogallo mandata al Re di Castella del viaggio e successo dell' India*" (Cópia de uma carta do rei de Portugal mandada ao rei de Castela acerca da viagem e sucesso da Índia), havia sido publicado em Roma e Milão, em 1505, pelo mestre João de Basicken (PEREIRA, 2001, p. 33). Depois das cartas de Caminha (*CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA*, 2002; CASTRO, 1985), do Mestre João⁵ e da relação do piloto anônimo (FRANÇA, 2021), narrativas, crônicas e correspondências de jesuítas, viajantes e exploradores europeus fundamentaram a escrita da história do Brasil. A carta de Pero Vaz de Caminha ao rei Manuel I, com a informação do "descobrimento" do Brasil, teve sua primeira publicação no Brasil, no século XIX (CASAL, 1817). Caminha descreveu as primeiras impressões sobre o território e seus habitantes. Ressalte-se que o termo “descobrimento” sugere a convicção de total desconhecimento da existência de terras abaixo da linha do equador, antes de Cabral, além de obscurecer a presença de numerosos povos originários em toda a extensão territorial. O escrivão da armada de Cabral denominou o fenômeno histórico de “achamento”, talvez para insinuar eventual conhecimento prévio. A carta do mestre João Faras ou João Emeneslau, também emitida, de uma das caravelas de Cabral, ao rei Manuel I, não teve o caráter oficial da redação de Caminha, porém, aludira a um antigo *mapa-mundi*, de Pero Vaz Bisagudo, que situaria a ilha de Vera Cruz no contexto geográfico, em uma revelação de prévio conhecimento do território. A relação do piloto anônimo, também informal, de redação atribuída ao português João de Sá, configura um diário com a mais ampla descrição da viagem de Cabral às Índias, publicada pela primeira vez, em 1507, na Itália (MONTALBODDO, 2001). Tais informações sugerem navegações clandestinas dos reis ibéricos, em disputas territoriais.

Na conquista e colonização do Brasil, a Companhia de Jesus, estabelecida por um grupo de combatentes do islamismo, liderado pelo basco Inácio de Loyola, em 1540, integrou-se às atividades políticas, através da difusão da cultura lusitana pela catequese de povos nativos e de escravos africanos e a pregação do cristianismo aos colonos lusitanos (BOXER; PEREIRA, 2007). Em correspondências a

⁵ A *CARTA do Mestre João Faras*. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. WEHLING, Arno. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1999.

superiores e confrades e a autoridades políticas e governamentais, padres jesuítas e funcionários do reino informavam particularidades do cotidiano colonial (NÓBREGA, 1931, p. 80 e 116; S. LEITE, 1938a, 1938b, 1943a, 1943b, 1945a, 1945b, 1949a, 1949b, 1948c, 1950). Alguns catequistas assimilaram línguas nativas, e um deles, natural de Tenerife, além de correspondências, escreveu poemas, textos doutrinários, teatro (ANCHIETA, 1988; MAIA, 1997), anotou, grafou e normatizou falares indígenas, expressos em tupi-guarani e elaborou uma gramática de *nbeengatu* (ANCHIETA, 2014).

No Brasil, as circunstâncias da guerra de conquista, de debilidade do poder metropolitano, de autonomia dos poderes locais, de desconhecimento geográfico e de resistência dos povos nativos dificultaram a territorialização colonizadora. Os agentes da colonização apelaram para a guerra de extermínio, impuseram a submissão dos povos originários, em paralelo ao trabalho de escravos comprados na África, traficados e vendidos no Brasil (COSTA FILHO, 1958; NOVAIS, 1990; LAPA, 1982; HESPANHA, 1984; SILVA, 1994; WEHLING; WEHLING, 1994; BARBOSA, 1995; COLI, 1998; GUEDES, 1999; COUTO, 1999a e 1999b; GÓES, 1999; FARINHA, 1999; DOMINGUES, 1999; MATOS, 1999; MAGALHÃES, 1999; GUERREIRO, 1999; AZEVEDO, 1999; WEHLING, 1999; BALDISSERA; FRANZEN, 1999; BANDEIRA, 2000; VAINFAS, 2000; OLIVAL, 2001; PESSOA, 2003; B. SOUZA, 2004; CARRARA, 2007).

Embora em Portugal ainda haja quem discuta o suposto dilema da casualidade ou intencionalidade da chegada de Cabral ao Brasil; duvidem das presenças de Duarte Pacheco Pereira no litoral do que seria o Brasil, e do espanhol Vicente Yáñez Pizón, na foz do rio Amazonas, dois anos antes de Cabral aportar em Porto Seguro, como se não houvessem, naquela época, na Espanha e em Portugal, eficientes serviços de informação, dos quais, Colombo seria um agente que venderia sigilos bisbilhotados a governantes de vários países. O conhecimento do Brasil não surgira de um descobrimento; resultara de uma longa construção social pelo seu povo miscigenado. E a escrita da sua história, como uma territorialidade, derivara de reflexões e pesquisas sobre o trabalho e as manifestações culturais indígenas, negras, brancas, cafuzas, mamelucas e mulatas, que a construíram conjuntamente, sem que nenhum desses segmentos étnicos pudesse reivindicar a primazia ou o privilégio da mestiça aquarela humana nacional de construção da territorialidade. Espaço socialmente construído e ocupado com apropriação e transformação dos meios naturais, o território brasileiro não existiria sem a sociedade que o criou e o transformou; resultou da relação histórica de um grupo social na ocupação do espaço (VERGER, 1987; GORENDER, 2016; ARRUDA; TENGARRINHA, 1999; BARIKMAN, 2003; A. MORAES, 2000).

As crônicas históricas coloniais expressavam intencionalidades da narrativa, ao transmitir mensagens; apresentavam teores apenas descritivos; limitavam-se a enredar feitos sociais, de precárias articulações entre antecedentes e consequentes, como se uma simples exposição de fatos e dados bastasse para se apresentar a plenitude dos fenômenos históricos. As elaborações de conhecimentos sobre atividades humanas no Brasil, durante a exploração colonial portuguesa fundamentaram-se em crônicas de recursos narrativos medievais, através das quais, agentes da colonização identificaram personagens

históricos, descreveram patrimônios familiares, relataram cronologias, elaboraram biografias de notáveis e genealogias de famílias tradicionais, com embasamentos elementares e pouco se dedicaram às entabulações econômicas, outro requisito historiográfico de formulação posterior. As avaliações de sistemas produtivos e distributivos exigem mais conhecimentos e informações que uma simples narrativa factual como de exercitava.

A colonização portuguesa não permitiu formações empresariais, nem associação de capitais. Sem projetos políticos nem ideológicos consolidados, os colonizadores deveriam produzir em unidades individuais e buscarem facilidades de rápido enriquecimento, em uma sociedade de senhores de terras, que fariam as coordenações políticas e sociais; e de escravos, que desenvolveriam atividades produtivas; o sistema mercantil-escravista se encarregaria do espontâneo crescimento econômico, sem se cogitar em desenvolvimento social (PINHO, 1937; PINHO, 1942; VIANA FILHO, 1941; CALMON, 1959; WILLIAMS, 1975; CALMON, 1985; EDELWEISS, 1976; WALLERSTEIN, 1990, 1994; C. MELLO, 2002; MIRANDA, 2006; MOREIRA, 2010; LOUREIRO, 2010; J. GOMES, 2010; MESGRAVIS, 2015).

O cronista colonial pioneiro, frei Vicente do Salvador (1564-1636), focalizou o povoamento do Brasil no segundo século da colonização, quando os territórios das capitanias hereditárias se fragmentavam em sesmarias (SALVADOR, 1954; OLIVEIRA, 2008; NICODEMOS, 1971). No século XVI, manifestaram-se em cartas a confrades e superiores da ordem jesuítica e governamentais, dentre outros: o lusitano Pero Lopes de Souza (1497-1539), que relatou a expedição de Martim Afonso de Souza (P. SOUSA, 1839; CALMON, 1949, p. 113-131; P. SOUZA, 1964; KEATING; MARANHÃO, 2011); o basco João de Azpilcueta Navarro (1492-1586), que descreveu a primeira incursão ao sertão, em 1555 (HUE; PINHEIRO, 2004; HUE, 2006; NAVARRO, 1988); o português Pero de Magalhães Gandavo (1540-1580), que discorreu, em 1570 e 1576, sobre aspectos da flora, da fauna, de povos originários, de colonizadores e do meio físico (GÂNDAVO, 2008); Manuel da Nóbrega (1517-1570), originário do norte de Portugal, que embarcou como primeiro dirigente da Missão Jesuítica no Novo Mundo, na armada de Tomé de Sousa, e chegou à Bahia em 29 de março de 1549 (NÓBREGA, 1954, 1986, 2017; HUE, 2006); o luso Gabriel Soares de Souza (1540-1591), que vislumbrou um futuro reino nas novas terras e se destacou entre os exploradores territoriais, em 1587, com a descrição de uma viagem inconclusa aos sertões da Bahia, na qual morrera (G. SOUZA, 1825, 1851); o alentejano Fernão Cardim (1540-1625), que na condição de dirigente da Companhia de Jesus, durante várias décadas, reunira mais informações para descrever características do clima, da hidrografia, de viveres indígenas e de aspectos físicos e sociais da colonização (CARDIM, 1978).

No final do século XVII, o capuchinho bretão, Martinho de Nantes (NANTES, 1979; GABRIELLI, 2009) narrou confrontos com Francisco Dias d'Ávila, que atacara índios no sertão de

Pambu. No início do século XVIII, o mestre de campo dos engenheiros, Miguel Pereira da Costa (1843)⁶ anotou em diários, minúcias de incursões pelos sertões de Jacobina, dos rios de Contas, Pardo e São Francisco, com a incumbência de avaliar as condições de segurança das jazidas auríferas, contra eventuais invasões estrangeiras. De modo semelhante, Joaquim Quaresma Delgado prestou contas ao governante colonial da criação das vilas de Jacobina e de Rio de Contas, e da abertura de uma estrada de interligação dos dois núcleos populacionais sertanejos originais.⁷ O bacharel em direito canônico e senhor de engenhos na Bahia, Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), referenciado em fundamentos providencialistas, elaborou uma crônica sobre os dois séculos iniciais da colonização do Brasil (PITA, 1996; LOBO, 1952).

Uma crônica histórica de meados do século XVIII descreve a cidade de Salvador, estendida ao pé de uma encosta na entrada da baía de Todos os Santos, desde a Preguiça à Jiquitaia, a comunicar-se com o alto da montanha através de 10 ladeiras. Além de várias outras narrativas, que em meados desse século, copilaram dados das instituições governamentais e eclesiásticas, como se vê em uma crônica da Bahia (J. AMARAL, 1921-1922) e em uma monografia descritiva da Comarca de Ilhéus, que ressalta aspectos físicos e destacam a produção e o comércio regional (BETENCOURT, 1798). No final desse século, em Salvador haveria 6.752 fogos e 40.263 almas; em toda a província da Bahia, 28.612 fogos e 205.147 almas (CALDAS, 1931).⁸ Ao iniciar o século XIX, em plena crise do sistema colonial mercantilista, um professor de grego na Bahia escreveu uma crônica em forma de sucessivas cartas, a um suposto amigo, nas quais narrou aspectos da colônia e da colonização. Descreveu a Bahia, com maior dedicação a Salvador e ao Recôncavo (VILHENA, 1921-1987). Pouco abordou aspectos do interior e de outras capitânias; apresentou algo como um programa político para a colonização do Brasil.

Há também crônicas coloniais em perspectivas regionalizadas (LAPA, 1973; J. LISBOA, 1976). Uma das mais abrangentes crônicas coloniais (ANDREONI, 1967; ANTONIL, 1982, 2007), de início do século XVIII, descreve os cultivos de cana e tabaco e as produções de açúcar e de fumo, no recôncavo da baía de Todos os Santos, cujo autor os conheceu pessoalmente. Para narrar a pecuária e a mineração dos sertões, baseara-se em informações de terceiros, confundira boiadeiro com vaqueiros e apresentara a criação de gado empreendida pelo trabalho livre, em uma colonização escravista. Por sua crônica constituir-se em uma das mais influentes na elaboração da história do Brasil, seus equívocos permaneceram em voga, até que se desenvolvesse a pesquisa documental, fundamentada cientificamente, na segunda metade do século XX (E. NEVES, 2016, p. 60-64).

⁶ Ver edição com introdução e notas em: NEVES; MIGUEL, 2007, p. 25-58.

⁷ IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Arquivo, 2. 4. 8. Índex de várias notícias pertencentes ao Estado do Brasil, e do que nele obrou o Exmo. Sr. conde de Sabugosa no tempo do seu governo: “Relação que fez Joaquim Quaresma Delgado dos distritos e distâncias que há das Minas do Rio de Contas ao sitio de São Pedro da Muritiba, e das cabeceiras do rio Verde até a sua barra, e daí ao arraial, correndo o rio de São Francisco até a barra do Paramirim”; “Relação que fez Joaquim Quaresma Delgado dos distritos e distâncias que há da Cidade da Bahia a Jacobina, Rio das Contas e Minas Novas”.

⁸ Há uma edição fac-similar publicada em Salvador, pela Tipografia Beneditina, em 1951.

O mercantilismo se constituiu um conjunto de iniciativas governamentais autoritárias na Europa, durante a transição do feudalismo para o capitalismo, através da intervenção do Estado nas atividades econômicas, com medidas alfandegárias, defesa intransigente dos interesses nacionais, expansão comercial e marítima, comércio monopolizado, com o objetivo de se acumular metais preciosos, a materialização da riqueza (TODOROV, 1983; BOXER, 2000; DEYON, 2009; BRAUDEL, 1996; CALDEIRA, 1999; FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001; ROMANO, 2007; O'GORMAN, 2008). Há muitos estudos sobre variados enfoques, do trabalho escravo, durante a colonização mercantilista e o Império no Brasil, entre os quais sobressai uma abordagem sobre direitos de escravos e de libertos, aspectos jurídicos da escravização indígenas e de africanos e a resistência, ao escravismo (VERGER, 1987). Durante a colonização pouco se estudaram rebeliões escravas e formações de quilombos. Todos os regimes opressores e espoliativos provocam reações sociais. Muito intensamente se reagiu à escravidão, a mais vil relação de trabalho. Entretanto, a historiografia registra defesas da escravização e da fisiocracia (COUTINHO, 1791, 1794, 1798, 1804, 1808); e de supostas interiorizações colonizadoras pacíficas (CALMON, 2002, p. 9).

II. INFORMAÇÕES SOBRE MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA À COLONIZAÇÃO

Aborda-se a colonização mercantil-escravista como um sistema político-econômico (SALGADO, 1985; ANDERSON, 1994; ALENCASTRO, 2000), com atuação regionalizada dos colonizadores (B. AMARAL, 1941; BOAVENTURA, 1989; L. TAVARES, 2019; A. SOUSA, 2003), formação histórica, social, cultural e política do Brasil (FREYRE, 1933; HOLANDA, 2016; PRADO JÚNIOR, 1942; PRADO JUNIOR; FURTADO, 2007; L. SOUZA, 2006) e reações contra invasores estrangeiros (RODRIGUES, 1949; J. MELLO, 1981; FIGUEIREDO, 2005. LENK, 2013). O movimento emancipacionista de Minas Gerais (1789) expressou mais pretensões reformistas do regime monárquico metropolitano, que intenção de ruptura com a colonização portuguesa (*AUTOS da Devassa da Inconfidência Mineira*, 1936; *AUTOS da Devassa da Inconfidência Mineira.*, 1983; MAXWELL, 1985; J. FURTADO, 2002). As mobilizações revolucionárias de final do século XVIII influenciaram-se pelas proposições liberais da independência dos EUA (1776) e da Revolução Francesa (1789); pelas circunstâncias das guerras napoleônicas (1803-1815), emancipações de colônias espanholas (1810-1833) e Revolução do Haiti (1803). Na exaustão do sistema colonial eclodiram várias insurreições (FIGUEIREDO, 1996). Na Bahia ocorreu a de maior abrangência social, em 1789 (L. TAVARES, 1975; MATTOSO, 1969; MATTOS, 1974; RUY, 1978; JANCSÓ, 1996; VALIM, 2007; R. FONSECA, 2016; MOTA, 2018; TAVARES, 2019); a Pernambucana de 1817 (CAHÚ, 1951; F. TAVARES, 1969; QUINTAS, 1985; ANDRADE, 1995; E. MELLO, 1995), de maior repercussão política, pela proposta separatista e inspiração republicana, resistiu por 74 dias; a repressão monarquista bloqueou o porto de Recife; tropas enviadas da Bahia atacaram por terra e derrotaram os rebeldes, cuja maioria almejava a

emancipação gradual dos escravos; em 1824, a Confederação do Equador, também de inspiração republicana, manifestou-se pela extinção do tráfico de escravos da África e contra os excessivos gastos da família real portuguesa no Brasil (U. BRANDÃO, 1924; MELO, 1972; LIMA SOBRINHO, 1979; G. LEITE, 1989; E. MELLO, 2001; VAINFAS, 2002, p. 161; S. FONSECA, 2011).

Agentes da colonização portuguesa instituíram a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759), que promoveram o crescimento da pecuária e da agricultura (MAXWELL, 1999; L. GOMES, 2007). A transferência da sede da monarquia portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808 inibiu, inicialmente, os movimentos autonomistas brasileiros e acomodou os agentes da colonização portuguesa, embora se mantivesse a tendência de transição social, política e econômica, com desenvolvimento cultural, proporcionada pela resistência à expansão francesa na Europa (FARIA, 1998). Posteriormente, a liberação do comércio colonial, imposta pelas circunstâncias do estabelecimento da corte na colônia, suscitou uma crise institucional na metrópole, impulsionada pelo vazio de poder político e por um refluxo comercial. Simultaneamente, integrantes das oligarquias regionais no Brasil tramavam, cautelosamente, a emancipação política, nos principais núcleos urbanos coloniais (SERRÃO, 1872).

Ao estabelecer-se do outro lado do Atlântico, o governo português, salvou a dinastia dos Bragança do furor bonapartista. Tão logo chegou às bordas da baía de Guanabara, criou a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal impresso no Brasil. Em 1810, quase nada se publicava sobre a Espanha, nem da América espanhola, que se fracionava em repúblicas. Sobre a Europa interessavam-se os fracassos franceses na península Ibérica. O *Correio Brasiliense*, editado em Londres, dedicava-se em difundir notícias das juntas provisórias de governo que se formavam em Caracas, Buenos Aires, Santa Fé de Bogotá, Santiago do Chile e Quito; e em divulgar o vocabulário político das circunstâncias, por um lado: *revolução, sublevação, insurreição, guerra civil, independência, república, democracia, reforma*; por outro: *anarquia, comoção, facção, insubordinação, insurgência, motim, rebelião, revolta* (PIMENTA, 2003).

Numerosos comerciantes portugueses acompanharam a família real para o Rio de Janeiro, onde a elite mercantil corresponderia, de 50% a 60% dos mercadores com a África e com o Sul do Brasil (MARTINHO; GORENSTEIN, 1993). Entre 1808 e 1813, o comércio de Portugal com Brasil deteriorou-se. Os comerciantes passaram a reivindicar o fim do tráfico de escravos, como recurso para ampliar o comércio com a Inglaterra e o retorno da corte para Lisboa. João VI puniu o agente diplomático que intermediara a reivindicação e reafirmou o comércio de escravos africanos para o Brasil.

Com o objetivo de introduzir e estimular no Brasil, os estudos das Belas Artes, associados aos ofícios mecânicos e às ciências naturais, físicas e exatas, João VI contratou, em 1816, uma Missão Artística Francesa. Chegaram, inicialmente, ao Rio de Janeiro: um crítico de artes; um pintor paisagista; um pintor histórico; um arquiteto; um escultor; um gravador; um professor de mecânica; e três mestres de ofício. Depois integraram-se ao grupo, um escultor e um gravador de medalhas (DEBRET, 1954; BARATA, 1987; MALERBA, 2000; E. DIAS, 2001, 2020). Instituiu-se, então, a Escola Real das Ciências,

Artes e Ofícios, transformada, na Imperial Academia e Escola de Belas-Artes, que rompera com a alegórica estética barroca, e constituíra o substrato cultural da colonização, de formação e da subsequente produção intelectual; e estabelecera, através de agentes dos movimentos sociais nativistas e anticolonialistas, o austero e opulento estilo neoclássico, de inspiração greco-romana, que se manteve como forma de expressão no Brasil, até o fim da República Velha e o fim da Modernidade tardia (E. NEVES, 2019).

O desembargador e conservador das matas da comarca de Ilhéus, relatou ao príncipe regente, João de Bragança, uma litorânea obra viária de conexão da Bahia com o Rio de Janeiro, em cujas margens se estabeleceram núcleos populacionais com alguma produção agrícola (B. LISBOA, 2007). Simultaneamente, consultores da Câmara Municipal de Salvador responderam a um questionário do governo metropolitano, suscitado por reivindicações de agricultores do Recôncavo, com a identificação dos fatores da crise agrícola: falta de liberdade comercial, opressão aos proprietários de terras e carência de instrução dos agricultores (BRITO, 1985). Fundamentados em ideias libertárias, os consultores contrapuseram-se à fisiocracia, que avaliava a riqueza das nações como resultante da agricultura e da mineração, e a qualificaram como inconveniente a economia portuguesa. Porém, após a reunião das Cortes, em Portugal e no Brasil, a opinião pública e a imprensa expressaram-se livremente; circularam conceitos liberais, debateram-se direitos sociais, constituição, cidadania, eleições, liberdade de opinião, representatividade política e soberania nacional (L. NEVES, 2003).

Imaginou-se o território brasileiro, no século XVI, habitado por povos indígenas (COUTO, 1998; CUNHA, 2002; PRIORE, 2009; GALINDO, 2017); depois vislumbraram-se alguns núcleos populacionais constituídos de fazendas e vilas, habitadas por agentes da colonização portuguesa e seus escravos (VARNHAGEN, 1981; MATTOSO, 1988; HUE; PINHEIRO, 2004; MANOLO, 1997; ROMERO, 2008; HENRIQUE, 2014); associou-se a descrição do espaço geográfico à análise historiográfica (ABREU, 1976a, 1976b, 1976c, 1976d) finalmente reafirmada no aprimoramento desse modelo (PRADO JÚNIOR, 2002, v. III, p. 1103-1448; PRADO JÚNIOR, 1976), sucessivamente reproduzido pela historiografia (CANABRAVA, 2005, p. 245-270). O litoral seria uma zona de fronteira de variadas ocupações e usos da terra; e o sertão, território de povos originários, de paisagem natural, sem vestígio de interferências humanas, caracterizado por rios encachoeirados, florestas tropicais, caatingas e semiáridos de vegetação rasteira e espinhenta. Embora registros de testemunhas ressaltassem a existência de numerosas aldeias indígenas, extensas trilhas de circulação e aguerrida resistência à colonização, estas circunstâncias, pouco interferiram na caracterização natural da paisagem apresentada. Os povos originários, considerados racionalmente inferiores aos europeus, viveriam em pequenos grupos errantes nas matas e poucas marcas de suas existências teriam deixado no ambiente natural (CORRÊA, 2006).

A necessidade de se dar conhecimento do Brasil na Inglaterra, que liderava a economia e a política capitalista em formação, instigou uma série de apressados estudos históricos sobre a colônia

portuguesa da América, que se encaminhava para a emancipação, alguns dos quais plagiados de crônicas coloniais. O mais conhecido, reportou-se aos povos originários como selvagens desumanos e aos colonizadores, como não menos cruéis que os índios com os quais guerreavam. Desdenhou das relações diplomáticas e mercantis entre ingleses e portugueses e subestimou a emancipação do Brasil, que saíra da exploração colonial lusitana e submetera-se à dependência econômica britânica (SOUTHEY, 1981).

Registraram-se aspectos da colonização em diversos estilos e abordagens. Um historiador britânico elaborou, entre outros estudos da expansão ibérica, uma imprescindível obra sobre a exploração mineral no Brasil (BOXER, 1963), que ressalta a crescente expressão brasileira no império português e relata acontecimentos relevantes da colonização. Fazendeiros e comerciantes baianos delinearam as condições econômicas coloniais, em resposta a um questionário régio, através do qual recomendaram a extinção gradual do trabalho escravo e a importação de imigrantes orientais e de capitais estrangeiros (BRITO, 1985).

As narrativas dos viajantes estrangeiros, Jean de Léry (2007), André Trévet, Yves d'Evreux, Claude d'Abbeville (1975), Ulrich Schmidl, Hans Staden e outros, registram informações, inclusive etnográficas. Jean de Léry (1534-1611) (LÉRY, 2007) integrou a expedição de Nicolas Durand de Villegagnon (1510-1571), que tentara estabelecer uma colônia francesa no norte do Brasil; em correspondência procurou apresentar ao teólogo reformador João Calvino, um relato do que conhecera. Hans Staden (1525-1576), mercenário alemão a serviço da França, esteve no Brasil em 1553-1554 e expôs, em 1557, características gerais do clima, de povos nativos e de outras peculiaridades (STADEN, 1974). As crônicas históricas coloniais, em geral fragmentárias, revelam pouco conhecimento da geografia brasileira como totalidade, por se dedicarem ao contorno litorâneo, no qual se limitava a colonização, até o início do século XVII, quando Abbeville, um capuchinho francês, esteve com uma expedição invasora no Maranhão e relatou a experiência missionária em aldeias indígenas, a flora, a fauna, o clima e especificidades de solos (ABBEVILLE, 1975).

Outro francês, funcionário da representação diplomática do seu país no Brasil entre 1816 e 1831, produziu uma série de estudos histórico-literários, sobre a recém-emancipada nação. Um registro histórico de 1838, originalmente intitulado "*Brésil, Colombie et Guyanes*", do qual se destaca uma parte interessante aos brasileiros, apresenta narrativas da expedição de Cabral, da terra, dos habitantes, de usos, costumes e informações da carta de Caminha, classificada como um "relato ingênuo e sincero" (DENIS, 1980).⁹

Denis apresenta um panorama histórico do Brasil colônia, sem tratar do Período Joanino nem da emancipação política. Ele apenas informa sobre João VI, Pedro de Alcântara e sobre as condições políticas brasileiras após a abdicação do imperador e a menoridade do primogênito. O francês registrou os fatos com adensamento de informações, em um texto de conteúdo interessante e leitura agradável,

⁹ Cf., nos originais, outros textos de Ferdinand Denis (1824, 1825, 1826, 1837, 1847). Ver, também, Denis e Famin (1831).

diferente do modo de se escrever no Brasil da época, quando ainda se conservavam resquícios barrocos, como dramaticidades, rebuscamentos, dualidades, detalhamentos, figurações de linguagem, associações de valores eclesiásticos e laicos, jogos de palavras e de ideias. O funcionário francês abordou flora, fauna, lavouras de mandioca, milho, cana, tabaco, cacau, algodão e de café, que começava a se expandir na região depois denominada de Sudeste. Descreveu a chegada de João VI ao Brasil (1808), a morte da imperatriz Leopoldina (1826), enfim, os fatos mais relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização portuguesa no Brasil caracterizou-se um regime de extrema exploração socioeconômica. Empregou-se a escravização, a forma mais abominável extração de renda, que comercializava antecipadamente a força-de-trabalho e, posteriormente, o seu produto, em regime de monopólio. Impediram-se as populações nativas e as escravizadas transportada da África, de falarem os próprios idiomas, inclusive o *nbeengatu*, sintetizado pelos colonizadores de línguas indígenas e, em consequência, transformaram a população colonial em um povo monolíngue, submetido a credo único e obrigatório. Além da exploração econômica, impôs-se a cultura dominante e sufocaram-se as alternativas. Pagava-se com a vida, qualquer tentativa de resistência.

A ruptura do sanguíneo domínio colonizador somente seria possível em campos de batalha. Embora se promovesse um acordo entre a oligarquia colonizadora e os representantes da família real portuguesa, conquistou-se a consolidação da autonomia nacional e a formação da brasilidade, nas articulações clandestinas de Ouro Preto, Salvador, Recife, Rio de Janeiro e, fundamentalmente, nas batalhas de Guararapes, Jenipapo, Pirajá e outras menos divulgadas.

REFERÊNCIAS

A CARTA do Mestre João Faras. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. WEHLING, Arno. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1999.

ABBEVILLE, C d'. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

ABREU, J. C. de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. 6ª. ed. revista. e anotada. (1ª. ed. 1907). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976a.

ABREU, J. C. de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 4ª. ed. (1ª. ed. 1899). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: IML, 1976b.

ABREU, J. C. de. *Capítulos de história colonial*. 2ª. ed. (1ª. ed. 1907). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: IML, 1976c.

ABREU, J. C. de. *O descobrimento do Brasil*. 2ª. ed. (1ª. ed. 1883). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976d.

ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul - séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMARAL, B. do. *Resenha histórica da Bahia: 60 governadores e bispos do Brasil; o Brasil no Congresso de Viena; os jesuítas na Bahia*. Bahia [Salvador]: Tipographia Naval, 1941.

AMARAL, J. A do. Resumo cronológico e noticioso da província da Bahia, desde o seu descobrimento em 1500. *Revista do IGBH*. Bahia (Salvador), n. 28, p. 71-562, 1921-1922.

ANCHIETA, J. de. *Arte da gramática da língoa mais vfada na cofta do Brasil*. 5ª. ed. fac-símile. 1ª. ed. 1595. Salvador: EDUFBA, 2014.

ANCHIETA, J. de. *Informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (Col. Cartas Jesuíticas, 3).

ANDERSON, P. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANDRADE, M. C. de. *A Revolução Pernambucana de 1817*. São Paulo: Ática, 1995.

ANDREONI, J. A. (André João Antonil). *Cultura e opulência do Brasil*. Introdução e vocabulário de Alice Piffer Canabrava. São Paulo: Nacional, 1967.

ANTONIL, A. J. (João Antonio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil*. Texto confrontado com o da edição de 1711; com estudo bibliográfico de Affonso E. Taunay; nota bibliográfica de Fernando Sales; vocabulário e índices antroponímico, toponímico e de assuntos de Leonardo Arroyo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1982.

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e notas de André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: EDUSP, 2007.

ARENDDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1968.

ARRUDA, J. J. de; TENGARRINHA, J. M. (ed.). *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999;

AUTOS da Devassa da Inconfidência Mineira. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1936. 7 v.

AUTOS da Devassa da Inconfidência Mineira. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1983. 10 v.

AZEVEDO, A. M. de. A Carta de Pero Vaz de Caminha e o encontro do “outro”. *Oceanos: o achamento do Brasil*. Lisboa, n. 39, p. 129-142, jul.-set., 1999.

BALDISSERA, J. A.; FRANZEN, B. V. O “descobrimento do Brasil” nos livros didáticos brasileiros. *Oceanos: o achamento do Brasil*. Lisboa, n. 39, p. 156-168; jul.-set., 1999.

BANDEIRA, L. A. M. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à guerra da Tríplice Aliança)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BANDEIRA: L. A. M. *O feudo: a casa da torre de Garcia d'Ávila, da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- BARATA, M. As artes plásticas de 1808-1889. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *História geral da civilização brasileira*, 5; t. II; v. III; cap. V. São Paulo: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987, p. 409-424.
- BARBOSA, W. de A. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.
- BARIKMAN, B. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BETENCOURT, J. de S. [Accioli]. *Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação; sobre a decadência da Lavoura das mandiocas, no Termo da Villa de Camamu, Comarca dos Ilhéus, Governo da Bahia*. Lisboa, 1798
- BOAVENTURA, E. A. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: Edufba, 1989.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOXER, C. R., *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil*. Duque de Caxias: Nova Fronteira, 2000.
- BOXER, C. R. *O império marítimo português: 1415-1825*. (1ª. ed. 1968). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOXER, C. R.; PEREIRA, V. M. *A Igreja militante e a expansão ibérica (1440-1770)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BRANDÃO, A. F. *Diálogo das grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- BRANDÃO, U. *A Confederação do Equador*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1924;
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 3 v.
- BRITO, João Rodrigues de. *Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e o comércio da Bahia*. Introd. de Anna Amélia Vieira Nascimento e notas de Góis Calmon. Salvador: APEB, 1985. (1ª. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821).
- CAHÚ, S. de M. *A Revolução Nativista Pernambucana de 1817*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1951.
- CALDAS, J. A. Notícia geral de toda a Capitania da Bahia, desde o seu descobrimento até o presente ano de 1750. *Revista do IGHBA*. Bahia [Salvador], n. 57. p. 10-48, 1931.
- CALDEIRA, J. *A nação mercantilista: ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- CALDEIRA, J. *História da riqueza do Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Parte I: Alianças, colônia e mundo do Antigo Regime (1501-1808)*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- CALMON, P. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. 5 v.
- CALMON, P. *História da fundação da Bahia*. Salvador: Museu do Estado, 1949.

CALMON, P. *História social do Brasil*, I: Espírito da sociedade colonial. (1ª. ed. São Paulo: Nacional, 1935). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CALMON, P. *Introdução e notas ao catálogo genealógico das principais famílias de frei Jaboatão*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985. 2 v.

CÂMARA, Manuel Ferreira. Ensaio de descrição física, e econômica da comarca dos Ilhéus na América. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Lisboa, Tomo I, p. 304-350, 1789.

CAMPOS, P. H. *Nos caminhos da acumulação: negócio e poder no abastecimento de carnes verdes à cidade do Rio de Janeiro, 1808-1835*. São Paulo: Alameda, 2010;

CANABRAVA, A. P. *História econômica: estudos e pesquisa*. São Paulo: Ed. da UNEP; Hucitec, ABPHE, 2005.

CARDIM, F. *Tratado da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1978.

CARRARA, A. A. Antes de Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Vária História*. Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 574-596, jul.-dez. 2007.

CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA: a el-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. São Paulo: Martim Claret, 2002.

CASAL, M. A. de (1754-1821). *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, M.DCCC.XVII (1817). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_ac. Acesso em: 28 mar. 2021.

CASTRO S. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013.

CASTRO, S. *Carta de Pero Vaz de Caminha: o descobrimento do Brasil*. Porto Alegre: LP&M/Pocket, 1985.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. São Paulo: Forense Universitária, 2000.

CHIARAMONTE, J. C. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANKSÓ, I. (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Ijuí: Edunijuí, 2003. p. 61-91.

COLI, J. Primeira Missa e a invenção da descoberta. In: NOVAES, A. (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 107-121.

CORRÊA, D. S. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. XXVI, n. 51, p. 63-87, jan.-jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006100005. Acesso em: 22 mar. 2021.

COSTA FILHO, M. *Dois séculos de um latifúndio*. Rio de Janeiro: Livraria São José e Departamento de Imprensa Nacional, 1958. (Separata da *Revista do IHGB*, 241).

COSTA, M. P, da. Relatório apresentado ao vice-rei Vasco Fernandes César, pelo mestre-de-campodosenheneiros Miguel Pereira da Costa, quando voltou da comissão em que fora ao distrito das minas do rio das Contas, 15 fev., 1721. *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. XVII, p. 37-59, abr. 1843.

COUTINHO, J. J. da C. de A. *Analyse sobre a justiça do commercio do resgate dos escravos da Costa da África*. Lisboa: Nova Officina de João Rodrigues Neves, M.DCCC.VIII (Reedição em 1808).

COUTINHO, J. J. da C. de A. *Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil*, Lisboa: Imprensa Régia, 1804.

COUTINHO, J. J. da C. de A. *Ensaio econômico sobre o comercio de Portugal e suas colônias*. Lisboa: Oficina da Academia das Ciências, 1794.

COUTINHO, J. J. da C. de A. *Memórias econômicas* (sobre o preço do açúcar). Lisboa: Academia Real das Ciências, 1791.

COUTO, J. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos de início do povoamento a finais dos Quinhentos*. Lisboa: Cosmos, 1998.

COUTO, J. *A construção do Brasil*. Lisboa: Cosmos, 2000.

COUTO, J. A expedição cabralina: casualidade versus intencionalidade. *Oceanos: O achamento do Brasil*. Lisboa, v. 39, p. 17-31, jul.-set., 1999a.

COUTO, J. A gênese do Brasil. In: MOTA, C. G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Ed. SENAC, 1999b.

CUNHA, M. C. da. (org.). *História do índio no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (1ª. ed. 1834). São Paulo: Martins, 1954.

DELACROIX, C. *Correntes históricas na França, séculos XIX e XX*. São Paulo: FGV ;UNESP, 2012.

DENIS, F. *Brasil*: Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

DENIS, F. *Croniques chevaleresques de l'Espagne e du Portugal*. Paris, 1837.

DENIS, F. *Le Portugal*. Paris, 1847.

DENIS, F. *Resumé de l'Histoire do Brésil, suivi du Resumé de 'Histoire da la Guyane*. Paris, 1825.

DENIS, M. F. (1798-1890). *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal: suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*; Paris: Lecointe et Durey; Academia Brasileira de Letras; Biblioteca Rodolfo Garcia, 1826.

DENIS, F. *Scènes de la nature sous les tropiques et leur influence sur la poésie, suivies de Camoens et José Índio*, 1824.

DENIS, F ; FAMIN, M. *Auteur du texte. L'univers. Histoire et description du Brésil; Colombie et Guyanes*. Paris. Firmin Didot Frères Editeurs. Imprimeurs-Libraries de l'Institut de France, MDCCC.XXXI (1831).

DEYON, P. *O mercantilismo* São Paulo: Perspectiva, 2009.

DIAS, C. M. (dir. e coord. lit.). *História da colonização portuguesa do Brasil*. Edição comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Porto: Litografia Nacional, 1922-1924. 3 v.

DIAS, E. *Artistas franceses no Rio de Janeiro (1840-1884): das exposições gerais da academia Imperial de Belas Artes aos ateliês privados do Rio de Janeiro*. Guarulhos: UNIFESP, 2020.

- DIAS, E. *Debret, a pintura de história e as ilustrações de corte da Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas; 2001.
- DIAS, J. S. da S. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Presença; 1982.
- DOMINGUES, F. C. Os navios de Cabral. *Oceanos*. Lisboa, n. 39, p. 70-80, jul.-set., 1999.
- EDELWEISS, F. *Ensaio biográfico*. Salvador: CED; UFBA, 1976.
- FARIA, S. de C. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARINHA, A. D. A viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia. *Oceanos: O achamento do Brasil*. Lisboa, n. 39, p. 54-68; jul.-set., 1999.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE, 1993.
- FAUSTO, B. *Memória e história*. São Paulo: Graal, 2005.
- FERES JÚNIOR, J. (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- FIGUEIREDO, L. R. de A. *Rebeliões no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- FIGUEIREDO, L. R. de A. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- FONSECA, R. O. (org.). *A Conjuração Baiana e os desafios da igualdade no Brasil*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.
- FONSECA, S. C. P. de B. A linguagem republicana em Pernambuco (1824-1835). *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 47-73, jan.-jun., 2011.
- FRAGOSO, J. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F. (org.). *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANÇA, J. M. C. (edição, estudo e notas). *A Relação do Piloto Anônimo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, (Col. Memória Atlântica). Disponível em: <https://www.culturaacademica.com.br/catalogo/a-relacao-do-piloto-anonimo/>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. 1ª. ed. 1933.
- FURTADO, J. P. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GABRIELLI, C. M. M. *Capuchinhos bretões no Estado do Brasil: estratégias políticas e missionárias (1642-1702)*. Dissertação (Mestrado de História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- GALINDO, M. *O Governo das almas: a expansão colonial no país dos tapuia, 1651-1798*. São Paulo: Hucitec, 2017.

- GÂNDAVO, P. de M. *Tratado da terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. (1ª. ed. 1576). Brasília: Senado Federal, 2008.
- GODINHO, V. M. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Presença, 1961-1968.
- GÓES, S. S. Navegantes do Brasil. *Oceanos*. Lisboa, n. 39, p. 34-52, jul.-set., 1999.
- GOMES, J. E. *As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2010.
- GOMES, L. *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.
- GONÇALVES, M de A. *Teorizar, aprender e ensinar história*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2023.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- GUEDES, M. J. O descobrimento do Brasil. *Oceanos: O achamento do Brasil*. Lisboa, n. 39, p. 8-16, jul.-set., 1999.
- GUERRA, F.-X. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANKSÓ, I (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec;Fapesp; Ijuí: Edunijuí, 2003, p. 23-60.
- GUERREIRO, I. A revelação da imagem do Brasil. (1500-1540): *Oceanos: O achamento do Brasil*. Lisboa, n. 39, p. 114-126; jul.-set., 1999.
- HENRIQUE, J da S. *A feira de Capuame: pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII)*. Dissertação (Mestrado de História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.
- HERZOG, T. Identidades modernas: Estado, comunidades e nação no império hispânico. In: JANKSÓ, I. (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Ijuí: Edunijuí, 2003. p. 109-122.
- HESPANHA, A. M. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal, século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.
- HESPANHA, A. M. Pequenas repúblicas, grandes estados. Problemas de organização política entre Antigo Regime e Liberalismo. In: JANKSÓ, I. (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec;Fapesp; Ijuí: Edunijuí, 2003. p. 93-108.
- HESPANHA, A. M. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calustre Gulbenkian, 1984.
- HOLANDA, S. B. de; CAMPOS, P. M. As etapas dos descobrimentos portugueses. In: HOLANDA, S. B. de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Livro I. São Paulo: Difel, 1985, p. 26-34.
- HOLLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. (1ª. ed. 1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- HUE, S. M. (trad., introd. e notas). *Primeiras cartas do Brasil (1551-1555)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- HUE, S. M.; PINHEIRO, A. V. (org.). *Catálogo dos quincentistas portugueses da Biblioteca Nacional*. 2ª. ed. revista e ampliada (1ª. ed. 1989). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004.

JANCSÓ, I. *Na Bahia contra o Império*. História do ensaio de sedução de 1798. São Paulo Hucitec; Salvador: Edufba, 1996.

JANOTTI, M. de L. M. e outros. *Memória, história e historiografia*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

KANTOR, Í. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba, 2004.

KEATING, V.; MARANHÃO, R. *Diário de navegação: Pero Lopes de Sousa e a expedição de Martim Afonso de Souza (1530-1532)*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

KEATING, V.; MARANHÃO, R. *Caminhos da conquista: a formação do espaço brasileiro*. São Paulo: Terceiro Nome, 2008.

LAFER, C. Da dignidade da política: Hannah Arendt. *Discurso*, v. 3, n. 3, p. 185-198, 1972. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37741/40468>. Acessado 13 maio 2023.

LAMEGO, A. *Academia Brazílica dos Renascidos: sua fundação e trabalhos inéditos*. Paris; Bruxelles: L'Édition d'Art Gaudio, 1923.

LAPA, J. R. do A. *A Bahia na carreira das Índias*. São Paulo: Hucitec, 1973.

LAPA, J. R. do A. *O antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEITE, G. L. *Pernambuco 1824*. Brasília: CNPq, 1989.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T. I (Século XVI – O estabelecimento) Porto: Tipografia Porto Médico, 1938a.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T. II (Século XVI – A obra). Porto: Tipografia Porto Médico, 1938b.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T. III (Norte-1) Fundação e Entradas - século XVI, séculos XII-XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro - INL, 1943a.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T. IV (Norte-2) Obra e assuntos gerais - séculos XVII-XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro - INL, 1943b.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T. V (Da Bahia ao Nordeste – Estabelecimentos e assuntos locais – séculos XVII-XVIII. Rio de Janeiro: INL, 1945a.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T. VI (do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé – Estabelecimentos e assuntos locais – séculos XVII-XVIII. Rio de Janeiro: INL, 1945b.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T. VII (séculos XVII-XVIII – Assuntos Gerais. Rio de Janeiro: INL, 1949a.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T. VIII (Escritores de A a M – Suplemento Bibliográfico – I). Rio de Janeiro: INL, 1949b

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T. IX Escritores de N a Z – Suplemento Bibliográfico II). Rio de Janeiro: INL, 1949c

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T. X. (Índice Geral) Rio de Janeiro: INL, 1950.

- LENHARO, A. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LENK, W. *Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil holandês (1624-1654)*. São Paulo: Alameda, 2013.
- LÉRY, J. de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2007.
- LIMA SOBRINHO, B. *Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.
- LISBOA, B. da S. Relatório apresentado ao príncipe regente d. João. Introduzido e anotado por Francisco Antônio Zorzo. In: NEVES, E. F.; MIGUEL, A. (org.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios comerciais dos Sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007. p. 147-200.
- LISBOA, J. F. *Crônica do Brasil Colonial* (apontamentos para a história do Maranhão). Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.
- LOBO, M. E. L. *Administração colonial luso-espanhola nas Américas*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1952.
- LOPEZ, A.; MOTA, C. G. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC, 2008.
- LOUREIRO, M. *A gestão no labirinto: circulação de informações no Império Ultramarino Português: formação de interesses e a construção da política lusa para o Prata (1640-1705)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- LÖWITH, K. *O sentido da História*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- MAGALHÃES, J. R. de. O reconhecimento da Costa. *Oceanos: o achamento do Brasil*. Lisboa, n. 39, p. 101-112, jul.-set. 1999.
- MAIA, P. A. *José de Anchieta: o apóstolo do Brasil*. São Paulo: FTD, 1997.
- MALERBA, J. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil, às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MANOLO, F. *Em costas negras: uma história do tráfico entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MARTINHO, L. M.; GORENSTEIN, Riva (org.). *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.
- MATOS, J. S. de. A navegação atlântica dos portugueses em 1500. *Oceanos: o achamento do Brasil*. Lisboa, n. 39, p. 82-99, jul.-set., 1999.
- MATTOS, F. *A comunicação social na Revolução dos Alfaiates*. Salvador: UFBA, 1974.
- MATTOSO, K. M. de Q. *Presença francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*. Salvador: Itapuã, 1969.
- MATTOSO, K. M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAXWELL, K. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MAXWELL, K. *Chocolate, piratas e outros malandros tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MELLO, C. F. *Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII: as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-Sul da América*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2002.

MELLO, E. C. de M. (org. e introd.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1779-1825)*. São Paulo: Editora 34, 2001.

MELLO, E. Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, J. A. G. de. *Fontes para a história do Brasil holandês*. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981.

MELO, A. J. de (org.). *Obras políticas e literárias de frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1972.

MENDES JÚNIOR, A.; MARANHÃO, R.; RONCARI, L. *Brasil História: texto e consulta*. São Paulo: Brasiliense, 1976. 4 v.

MESGRAVIS, L. *História do Brasil Colônia*. São Paulo: Contexto, 2015.

MIRANDA, B. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da capitania de Pernambuco - 1654-1701)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MONTALBODDO, F. da. “De la navigatione de Lisboa a Callichut, de lingua Portugallese in italiana”. Paesi noamente retruauti et Novo Mundo da Alberico Vespúcio Florentino intitulado [1507]. Fls. 58-77, cap. LXII a LXXXIII, livros II e III. In: PEREIRA, P. R. (org) *Brasiliana da Biblioteca Nacional: Guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, C. E. M. de, BELINE, H. V. J.; SILVA, M. V. da. A Academia Brasílica dos Renascidos a serviço do Marquês de Pombal: obediência e encômio. *REVEC: Revista de Estudos de Cultura*. Dossiê O Marquês de Pombal e a invenção do Brasil, Aracaju, n. 4, p. 115-125, jan.-abr 2016.

MOREIRA, L. G. S. *Navegar, lutar, pedir e... receber (O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

MOTA, C. de S. *A face parda da Conspiração dos Alfaiates*. Homens de cor, corporações militares e ascensão social em Salvador no final do século XVIII. São Paulo: WI, 2018.

NANTES, M. *Relação de uma missão no Rio São Francisco*. Rio de Janeiro: Nacional; Brasília: MEC, 1979.

NAVARRO, Azpilcueta et al. *Cartas avulsas, 1550-1568*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. (Cartas Jesuíticas, 2).

NEVES, E. F. *Crônica, memória e história: formação historiográfica dos Sertões da Bahia*. Feira de Santana, Eduefs, 2016.

NEVES, E. F. *Formação social do Brasil: etnia, cultura e poder*. Petrópolis: Vozes, 2019.

NEVES, E. F.; MIGUEL, A. (org.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007.

NEVES, L. M. P. das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (182-1822)*. Rio de Janeiro: VEVAN, 2003.

NICODEMOS, J. P. *A contribuição historiográfica de frei Vicente do Salvador*. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1971.

NÓBREGA, M. da. *Cartas do Brasil, 1549-1560*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1931.

NÓBREGA, M. da. *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obras_raras/bndigital1867/bndigital1867.pdf. Acesso em: 9 maio 2022.

NÓBREGA, M. da. Diálogo sobre a conversão do gentio (1556). In: LEITE, S. (org.). *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. 3 v.

NÓBREGA, M da. *Obra completa*. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

NOVAIS, F. A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora 34, 2019.

NOVAIS, F. (dir.). SOUZA, L. de M. e (org.). História da vida privada no Brasil, v. 1. *Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhias das Letras, 1997.

NOVINSKY, A. *Cristãos-novos na Bahia, 1624-1654*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NOVINSKY, A. *Os judeus que construíram o Brasil*. São Paulo: Planeta, 2015.

O'GORMAN, E.. *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do novo mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Unesp, 2008.

OLIVAL, F. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

OLIVEIRA, M. L. *A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do século XVII*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008.

PEREIRA, P. R. Viajantes do século XVI. In: *Brasiliiana da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001.

PESSOA, A. E. da S. *As ruínas da tradição: família e prosperidade no Nordeste colonial*. Tese. (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

- PIMENTA, J. P. G. A política hispano-americana e o império português (1810-1717): In: JANKSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Ijuí: Edunijuí, 2003. p. 123-139.
- PIMENTA, J. P. G.; ARAÚJO, V. L. de. História. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014. p. 103-120.
- PINHO, W. *Cotegipe e seu tempo: primeira fase, 1815-1867*. São Paulo: Nacional, 1937.
- PINHO, W. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1942.
- PITA, S. da Rocha. *História da América Portuguesa*. (1ª. ed. 1730). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1996
- POMBO, J. F. da R. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1936. 10 v.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo (colônia)*. v. III. Texto introdutório de Fernando Novais. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. (1ª. ed. 1945). São Paulo: Brasiliense, 1976.
- PRADO JÚNIOR, C.; FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil* (1ª. ed. 1959). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- PRIORE, M. L. M. Del. Prefácio. In: UGARTE, A. S. *Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos contistas ibéricos (séculos XVI-XVII)*. Manaus: Valer, 2009. p. 13-15.
- QUINTAS, A. *A Revolução de 1817*. São Paulo: José Olympio, 1985.
- RAMOS, F. P. *No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: Contexto, 2005.
- RICUPERO, R. M. *Honras e mercês: poder e patrimônio nos primórdios do Brasil*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.
- RODRIGUES, J. H. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- ROMANO, R. *Mecanismos da conquista colonial*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- ROMERO, A. *Paulistas e emboabas: ideias, práticas e imaginário no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- RUY, A. *A primeira revolução social brasileira (1798)*. São Paulo: Nacional, 1978.
- SALDANHA, A. V. de. *As capitânicas do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico*. Lisboa. Comissão para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.
- SALGADO, G. *Fiscais e meirinhos: a administração do Brasil Colonial*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

- SALVADOR, frei Vicente do. *História do Brasil, 1500-1627*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: MEC, 1954.
- SALVADOR, J. G. *Os cristãos-novos: povoamento e conquista do solo brasileiro, 1630-1680*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SERRÃO, J. Os redemoinhos portugueses da Independência do Brasil. In: MOTA, C. G. *1922: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 48-55.
- SILVA, M. B. N. da. *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.
- SOUSA, A. P. Poder local, cidade e atividades econômicas: Bahia, século XVIII. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- SOUSA, P. L. de. *Diário da navegação da armada que foi á terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martin Affonso de Sousa*. Lisboa: Typ. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1839.
- SOUTHEY, R. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. da USP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 3 v.
- SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da terra e da gente do Brasil: onomástica geral da geografia brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.
- SOUZA, G. S. de. *Notícia do Brasil*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1825. 3 v.
- SOUZA, G. S. de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico do Brasil*. Tomo XIV, Rio de Janeiro, 1851.
- SOUZA, L. de M. e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, P. Lopes de. *Diário da navegação*. São Paulo: Obelisco, 1964.
- STADEN, H. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.
- TAVARES, F. M. *História da Revolução de 1817*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969.
- TAVARES, L. H. D. *História da Bahia*. 12ª. ed. São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2019.
- TAVARES, L. H. D. *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798 ("A Conspiração dos Alfaiates")*. Rio de Janeiro: Pioneira, 1975.
- TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- TRINTA, A. R. Marshall McLuhan, essencial. *Lumina*. Juiz de Fora, v. VI, n. 1-2, p. 1-14, jan.-dez., 2003.
- VAINFAS, R. (ed.); *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALIM, P. *Da sedição dos mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VARNHAGEN, F. A, de. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. (1ª ed. 1854). Ed. rev. e anot. por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. 3 v.

VERGER, P. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

VIANA FILHO, L. *A vida de Rui Barbosa*. São Paulo: Nacional, 1941.

VILHENA, L. dos S. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1921/1987. 3 v.

WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia mundo europeia no século XVI*. Porto: Afrontamento, 1990.

WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno: o mercantilismo e a consolidação da economia mundo europeia 1600-1750*. Porto: Afrontamento, 1994.

WEHLING, A. As recepções do descobrimento: história, memória e identidade no historicismo brasileiro. *Oceanos: o achamento do Brasil*. Lisboa, n. 3, p. 144-154, jul.-set., 1999.

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. C. de M. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Americana, 1975.

Data de Submissão: 18/09/2023

Data de aprovação: 20/10/2023

Copyright (c) 2024 politeia



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)